

PESQUISA CIENTÍFICA COM A TEMÁTICA AUDITORIA: Estudos Publicados na Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade

SCIENTIFIC RESEARCH WITH THE THEMATIC AUDIT: Studies Published in the Journal of Audit, Governance and Accounting

Rhoanne Diniz Ribeiro Silva¹
Dênia Aparecida de Amorim²

RESUMO

A auditoria é uma das áreas mais importantes da contabilidade, sendo dividida em interna e externa. Sua função é fornecer informações com veracidade e fidedignidade para seus usuários e para isso são oferecidos cursos e especializações para a profissão. Existem publicações, congressos, periódicos publicados voltados especificamente para a área. Logo, o objetivo desse trabalho foi analisar as publicações sobre a temática auditoria em uma revista com escopo voltado para esse tema. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica com busca na página eletrônica do periódico analisado. Foram analisados individualmente 11 artigos da Revista de Auditoria Governança e Contabilidade – RAGC. Os assuntos abordados pelos estudos selecionados são de grande relevância, pois agregam conhecimento para docentes e pesquisadores acerca da auditoria e demais assuntos relacionados. Sob a ótica do trabalho, identificou-se que as pesquisas, no geral abordaram sobre honorários do auditor, impactos das alterações normativas na profissão e relevância da opinião do auditor. Ressalta-se que embora a revista tenha a auditoria em seu escopo, a frequência de publicações sobre o tema é pouco frequente dada a importância e relevância do assunto.

Palavras-chave: Honorários de Auditoria. Profissão Auditor. *Big Four*.

ABSTRACT

Auditing is one of the most important areas of accounting, being divided into internal and external. Its function is to provide information with veracity and reliability to its users and for that, courses and specializations are offered for the profession. There are publications, conferences, journals published specifically focused on the area. Therefore, the objective of this work was to analyze the publications on the subject of auditing in a journal with a scope focused on this theme. The methodology used was a literature review with a search on the electronic page of the analyzed journal. Eleven articles from the Journal de Auditing Governance and Accounting – RAGC were analyzed individually. The subjects addressed by the selected studies are of great relevance, as they add knowledge to professors and researchers about auditing and other related subjects. From the perspective of the work, it was identified that the research, in general, addressed auditor fees, impacts of normative changes in the profession and relevance of the auditor's opinion. It is noteworthy that although the journal has the audit in its scope, the frequency of publications on the subject is infrequent given the importance and relevance of the subject.

Keywords: *Audit Fees. Profession Auditor. Big Four.*

¹ Bacharel em Ciências Contábeis (2021) pelo Centro Universitário Mário Palmério – UniFUCAMP.

² Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (2022) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Bacharel em Administração (2009) e Ciências Contábeis (2018) pelo Centro Universitário Mário Palmério – UniFUCAMP. MBA em Gestão Empresarial (2012) pelo Centro Universitário Mário Palmério – UniFUCAMP. Especialização em Gestão Pública (2016) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI e em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino - IBRA (2020). Servidora pública municipal e professora nos cursos de Bacharelado em Administração e Ciências Contábeis no Centro Universitário Mário Palmério - UniFUCAMP.

1 INTRODUÇÃO

Auditoria pode ser definida como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade (CREPALDI, 2002). Tem a finalidade de fornecer fidedignidade às demonstrações contábeis e, ao longo dos últimos anos são vastos os estudos científicos nas diversas áreas da temática (CAMARGO *et al.*, 2011).

Pode se dividir em dois eixos, sendo eles interno e externo. A auditoria interna auxilia a administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, fornecendo análises, recomendações e comentários. Já a auditoria externa examina as demonstrações contábeis por determinado período, verificando se estas estão livres de distorções, servindo como ferramenta tanto para a administração quanto para usuários externos (CREPALDI, 2002).

A divulgação de pesquisas científicas com a temática é importante para a disseminação de conhecimentos e para isso a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) atua na classificação de temas e qualidade das produções científicas no Brasil. Ao consultar a lista prévia de classificações dos periódicos é possível identificar que são listadas apenas seis opções de revistas que abordam explicitamente o tema auditoria, sendo elas: *Accounting, Auditing & Accountability Journal*; *Managerial Auditing Journal*, *International Journal of Accounting*; e *Auditing and Performance Evaluation*, editadas no Reino Unido, *International Journal of Auditing Technology*, versão impressa e online, editadas na Suíça, e, a única listada com edição no Brasil, a Revista de Auditoria Governança e Contabilidade, RAGC.

Diante disso, questionam-se quais as características da produção científica com a temática auditoria na Revista de Auditoria Governança e Contabilidade, RAGC, tem sido publicado usualmente? Logo, o objetivo foi identificar e analisar as características da produção científica em auditoria na RAGC, editada pelo Centro Universitário Mário Palmério, UNIFUCAMP. A pesquisa teve a intenção de fazer conhecido o perfil das pesquisas realizadas pelo periódico e apurar aspectos quantitativos e qualitativos sobre a produção científica em auditoria no período de tempo analisado, além de contribuir como fonte de dados para pesquisas futuras e informar aos estudantes sobre os temas que foram já pesquisados e as principais áreas estudadas na temática auditoria.

As evidências dos temas publicados revelam aos profissionais quais as áreas de maior e menor interesse de acordo com o que pede o mundo científico. Este estudo poderá ser útil para guiar e orientar pesquisas futuras, auxiliando na interação sobre novas temáticas e descobertas, sobre quais os impactos e as interpretações de novas normas, demonstrando os casos que foram estudados, e avaliados dentre vários outros assuntos voltados à profissão. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, qualitativa com adoção da revisão sistemática.

A estrutura do estudo foi dividida em seções, sendo a primeira essa Introdução, seguida pelo Referencial teórico que apresentou conceitos relevantes para as discussões. A terceira seção apresenta a metodologia de pesquisa adotada e a quarta parte demonstra os resultados e discussões acerca da seleção de trabalhos utilizados para conclusão do objetivo proposto. O último tópico apresenta as considerações finais.

2 AUDITORIA NO CONTEXTO EMPRESARIAL

Não se pode dizer ao certo a origem da auditoria. A auditoria é uma função que há tempos vem se remodelando, se ajustando aos novos paradigmas empresariais. Sua origem está atrelada aos mais antigos conceitos de controle e de *performance* interna. Nas décadas passadas, com o advento dos negócios das empresas multinacionais em nosso país, principalmente as de origem americana e inglesa, os seus administradores sentiram-se com a necessidade de fortalecer o monitoramento de suas operações em outros países (MOURÃO, 2012).

Barreto e Graeff (2014) destacam que a auditoria surgiu com a finalidade de atender às necessidades decorrentes da evolução do sistema capitalista. Essa auditoria como conhecemos hoje começou a ser moldada na Inglaterra, por volta do século XVIII, devido à necessidade de auditar as corporações que se colocavam no lugar da produção artesanal. Assim, devido ao crescimento das empresas e o desenvolvimento econômico decorrente da Revolução Industrial, a auditoria iniciou seu processo de evolução sendo expandida para outros países (MOURÃO, 2002).

O objetivo principal da auditoria é aumentar o grau de confiança dos usuários das demonstrações contábeis (BARRETO; GRAEFF, 2014). O principal ponto para existência dos trabalhos relacionados à auditoria refere-se à importância, qualidade e credibilidade das informações para a tomada de decisões dos usuários (WANDERLEY, 2011). A responsabilidade de um auditor é grande e requer atenção e cuidados principalmente em relação às normas vigentes, determinadas pelos órgãos competentes voltadas para a área, além de normatização e fiscalização por órgãos específicos para as funções (ATTIE, 2011).

O Quadro 01 apresenta os principais entes normalizadores e fiscalizadores das práticas de auditoria no Brasil.

Quadro 01: Órgãos normalizadores e fiscalizadores da profissão auditor.

ÓRGÃO	CARACTERÍSTICAS	ATUAÇÃO
CVM	Criada em 1976. Entidade vinculada ao Ministério da Fazenda.	Registrar as companhias abertas e todas as distribuições de valores mobiliários; credenciar, suspender, autorizar ou cancelar registros dos auditores independentes e dos administradores de carteiras de valores mobiliários; disciplinar as bolsas de valores; supervisionar todas as transações do mercado de valores mobiliários; Administrar carteiras e custódias de valores mobiliários; decretar recessos na bolsa de valores.
IBRACON	Criado em 1971, para atender as expectativas dos profissionais de auditoria.	Representar tanto os auditores, como também contadores com conhecimentos específicos de todas as áreas e estudantes do curso de Ciências Contábeis.
CFC	Criado no Brasil pelo Decreto-lei 9.295/46. Autarquia de caráter corporativo, sem vínculo com a Administração pública do Brasil.	Orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio (nos estados) dos Conselhos Regionais de Contabilidade; Decidir em última instância todos os recursos referentes às penalidades impostas pelos Conselhos Regionais; regular os Princípios de Contabilidade, o cadastro de qualificação técnica e os programas de educação continuada; editar as normas contábeis brasileiras de natureza técnica e profissional.
CRC	Associação de Classe profissional brasileira formada por contadores eleitos em cada estado e no Distrito Federal por Contadores e Técnicos Contábeis.	Responsável pelo registro e fiscalização do exercício da profissão contábil no Brasil juntamente com o Conselho Federal de Contabilidade.

Fonte: Adaptado de Attie, 2011.

2.1 Classificação da Auditoria

Na literatura existem duas classificações para a auditoria: auditoria interna e auditoria externa. A auditoria interna é usada para a melhora das operações de uma entidade, por meio de uma sistemática e disciplinada análise, com a avaliação de processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Já a auditoria externa tem o objetivo de fornecer um parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis nas quais pode ser identificada a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os recursos da entidade, conforme os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade (HOOG; CARLIN, 2008).

A auditoria interna apresenta características distintas em relação à externa. Em primeiro lugar, a interna é realizada por empregado da própria empresa auditada, ou seja, é realizada por profissionais que possuem independência relativa. Porém, tem se observado a terceirização dos serviços de auditoria interna para a solução disso, pois o auditor interno deve ser independente em relação às atividades e às pessoas cujo trabalho está sob escopo do exame, devendo subordinar-se às necessidades da administração, necessitando de autonomia para análise adequada (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008).

Os testes são realizados para identificar possíveis erros e fraudes. A avaliação do sistema de controle interno é realizada para que se desenvolva, aperfeiçoe e induza a execução das normas. Não está limitado apenas ao que diz respeito ao financeiro, alcança também as áreas de operação da empresa. As áreas de estudo de auditoria são sempre analisadas e o tempo de análise entre cada revisão é definida pela administração (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008).

A auditoria interna vem sendo alvo de projetos de terceirização e, portanto, objeto de investigação no que diz respeito à forma de contratar serviços especializados de terceiros. A auditoria não é aceita apenas como uma área única de modelo de investigação, ela também contribui na definição do plano estratégico, desde que estes permaneçam em total harmonia com os conceitos de negócios de acordo com a perspectiva dos sócios acionistas e da alta diretoria da empresa. Certamente a auditoria é um impulsionador na diminuição de custos e no aumento dos resultados e por esse motivo, os administradores tem a oportunidade de terceirizar a função e os seus serviços internos (MOURÃO, 2002).

A auditoria interna é a responsável pela elaboração da opinião conclusiva ou de considerações a respeito das operações examinadas, analisando dessa forma os fluxos, os sistemas, o plano de controle interno e o desempenho da organização, ajudando a diretoria e demais partes gerenciais a trabalhar de modo mais claro e rápido suas responsabilidades (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008).

A auditoria externa, por outro lado, é realizada por um profissional independente, ou seja, um profissional de fora da empresa e que não tenha ligação com a mesma. Os objetivos principais são atender às necessidades de terceiros que tenham interesse na empresa auditada, principalmente, em relação aos sócios acionistas que estejam investindo dinheiro na empresa auditada, no que diz respeito à adequação das informações contábeis. De acordo com a NBC TA 240 (R1) a auditoria externa também é responsável por dizer se os demonstrativos da empresa são livres ou não de fraudes ou erros (BARRETO; GRAEFF, 2014).

O termo erro é usado pra definir aquela ação que não teve a intenção de acontecer, ou seja, que o funcionário não teve culpa, porém que terá consequência futuramente na análise dos registros. Por outro lado, o termo fraude é designado para esclarecer quando o funcionário teve a intenção, a culpa da omissão ou manipulação da informação incorreta. É por meio do

parecer dos auditores que o resultado da auditoria é apresentado. Esse documento pode ser apresentado com diferentes conclusões (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008).

O parecer sem ressalva é aquele que atesta que as informações analisadas estão em conformidade. O parecer com ressalva tem o objetivo de informar a ocorrência de pequenos erros que precisam ser corrigidos. Já o parecer adverso tem a função de atestar que as demonstrações não estão em conformidade com as normas contábeis enquanto que o parecer com abstenção informa que não foi possível analisar suficientemente as demonstrações contábeis da empresa, por isso, o auditor se abstém de emitir qualquer opinião (CAETANO; SVERSUT; PORTEIRA, 2018).

A empresa que contrata a auditoria externa revela sua preocupação com a realidade e confiabilidade das suas operações contábeis, pois os demonstrativos financeiros ganham mais confiança após a implementação da ação. Dessa forma, para os profissionais interessados na prevenção e correção de erros de contabilidade, é fundamental compreender o assunto com mais profundidade. Algumas empresas são obrigatórias a contratarem a auditoria externa, como é o caso das que comercializam ações na bolsa de valores, sociedades de economia mista e empresas públicas, dependendo da forma como foram constituídas (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica. Fonseca (2002) afirma que esse tipo de estudo é feito a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, para atendimento do objetivo, a pesquisa bibliográfica foi realizada na Revista Auditoria Governança e Contabilidade, RAGC, utilizando a busca eletrônica disponibilizada no repositório próprio do periódico.

A seleção dos trabalhos analisados na seção de Resultados foi realizada com base na produção científica sobre auditoria contábil na revista RAGC, que é a única revista da área específica de auditoria no Brasil. O foco principal dessa revista é a publicação de contribuições científicas inéditas e aquelas já apresentadas em eventos de natureza científica, nacionais e internacionais, nos campos das Ciências Contábeis, mais especificamente, da Auditoria Contábil, da Governança e do Processo Contábil das entidades em geral. Tem como diferencial o acesso gratuito, tanto para publicação de artigos relevantes, quanto para o acesso leitura de suas edições.

Para seleção dos artigos foi utilizada a ferramenta de busca da própria Revista RAGC. O termo usado foi “auditoria” no campo “pesquisar termo em todas as categorias”. A pesquisa retornou 22 resultados, dos quais o mais antigo foi publicado no ano de 2015 e o mais recente foi disponibilizado no volume seis, número 25 do ano 2018.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como referencial para análise, a pesquisa selecionou 22 artigos publicados na revista RAGC, entre os anos de 2015 e 2018, conforme demonstrado no Quadro 02:

Quadro 02: Distribuição das publicações conforme o ano de publicação.

ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE ARTIGOS
2015	3
2016	7
2017	4
2018	8

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

O Quadro 03 apresenta os autores, os títulos e os objetivos de cada pesquisa em relação aos 22 estudos abordados na análise. Também foi apresentado o motivo de descarte do estudo a partir da averiguação aprofundada do texto.

Quadro 03: Artigos selecionados para argumentação científica

AUTOR (es)	ANO	TÍTULO	OBJETIVO ou MOTIVO DE DESCARTE
Ana Cláudia Cunha Veloso; Cássia Oliveira Ferreira; Vagner Antônio Marques; Hudson Fernandes Amaral; Antônio Artur de Souza.	2015	Auditando os Auditores: Motivações dos Processos Contra Auditores junto à Comissão de Valores Mobiliários no período de 2007-2013	Identificar os motivos de instauração de processos contra os auditores registrados na CVM ao longo do período 2007-2013.
Carlos Roberto Souza Carmo; Sirlene de Aguiar Fernandes Almeida.	2015	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE): a influência de variáveis qualitativas no desempenho dos alunos dos cursos de ciências contábeis do Brasil	DESCARTADO: O estudo não aborda o tema auditoria e só apareceu na seleção, pois um de seus autores tem especialização em Auditoria e Perícia.
Carlos Roberto Souza Carmo; Patrícia do Prado Cunha; Sirlene de Aguiar Fernandes Almeida; Isabella Vilela de Souza.	2015	Cursos superiores em ciências contábeis do Brasil: aproveitamento acadêmico e inclusão social analisados a partir de métodos quantitativos aplicados	DESCARTADO: Apenas o resumo está disponível, o que impossibilitou a análise.
Dorival Garcia Júnior; Edicreia Andrade dos Santos; Luiz Eduardo Croesy Jenkins; Diones Fernandes Zanin.	2016	O papel da auditoria interna na melhoria da qualidade dos gastos públicos: um estudo exploratório nas IFES do estado do Paraná	Analisar instituições de ensino para identificar a importância da auditoria interna para melhorar os gastos públicos.
Uédeson Louza Barbosa; Donizete Reina; Diane Rossi Maximiano Reina; Fernando José Arrigoni.	2016	Honorários de auditoria: estudo comparativo sobre seu impacto após adoção das normas internacionais de contabilidade	Identificar os impactos nos honorários dos auditores depois das IFRS.
Juliane Ramos; Tércio Vieira de Araújo; Fabíola Graciele Bensen; Welinton Camargo Ferreira; Valdir Serafim Júnior.	2016	Críticas à tendência de informação dos indicadores no balanço social de uma empresa de economia mista	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria e só apareceu na seleção, pois um de seus autores tem especialização em Auditoria.
Tércio Vieira de Araújo	2016	Impactos observados no imobilizado após a adoção das IFRS pela contabilidade brasileira	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.
Alexandre Araújo da Silva; Fábio Moraes da	2016	Nível de <i>disclosure</i> x características das pequenas e médias empresas no	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.

Costa.		processo de convergência	
Fabício Ramos Neves; Denise Costa Nascimento Neves.	2016	Ensino da perícia contábil: perspectivas dos estudantes de ciências contábeis de uma IES do Sudoeste Baiano	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.
Ricardo Sartori Cella.	2016	<i>Accountability</i> : proposições teóricas sobre a tomada de contas especial no Brasil	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria e só apareceu na seleção, pois um de seus autores tem especialização em Auditoria.
Adriê Silva Mafra; Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti Marques; Roberto Silva da Penha.	2017	Fatores Condicionantes da Opinião Modificada nos Relatórios de Auditoria de Empresas Listadas na BM & F Bovespa	Identificar como as opiniões de um auditor independente podem ser diferentes dos relatórios dos responsáveis pela empresa.
Nayana Oliveira Alexandre; Lorena Costa de Oliveira Mello; Paolo Giuseppe Lima de Araújo.	2017	Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: estudo dos setores regulados e não regulados brasileiros.	Investigar se a regulação do Estado impacta na existência de inconformidades maiores ou menores.
Leonardo Soares Francisco de Almeida; Júlio Vieira Neto; José Geraldo Abunahman; Francisco Marcelo Garritano Barone do Nascimento.	2017	Um estudo documental sobre a lei <i>Dodd Frank</i> : fraudes e aspectos contábeis.	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.
Fabício Ramos Neves; Marilene Moura Lopes; Elizangela Pereira Soares; Desiane Rodrigues de Souza; Rosimirados Santos Amaral.	2017	Custos de produção da pecuária leiteira: estudo em uma instituição federal	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.
Francisco Ferreira Diniz; Emerson Nogueira Sales.	2018	A Percepção dos Auditores e dos Auditados sobre o Trabalho da Auditoria Interna em uma Empresa Estatal Federal	Responder se, na percepção dos auditores e auditados, houve evolução quanto à postura da auditoria interna.
Marcos José Araújo dos Santos.	2018	Auditoria de Gestão de Riscos: o novo olhar do Tribunal de Contas da União	Na perspectiva do TCU, a auditoria de gestão de riscos permite avaliar a maturidade de gestão de riscos dos órgãos públicos.
Lorena Costa Oliveira Mello; Paolo Giuseppe Lima Araújo; Marcia Gabriele Fontinele da Cunha.	2018	O Impacto das Normas Internacionais de Contabilidade nos Honorários dos Auditores Independentes das Companhias Brasileiras	Investigar o impacto da adoção das Normas internacionais de Contabilidade nos honorários pagos aos auditores independentes pelos serviços de auditoria prestados.
Paula Resende Mota; Vidigal Fernandes Martins.	2018	Novo relatório do auditor independente: uma análise dos principais assuntos de auditoria evidenciados nas empresas do setor aéreo brasileiro	O que tem sido evidenciado pelos auditores independentes em relação aos principais assuntos de auditoria nas empresas do setor aéreo brasileiro.
Lorena Costa Oliveira Mello; Cristal Tavares Sangiorgi; Editinete André da Rocha Garcia.	2018	Fatores que influenciam os honorários de auditoria nas empresas brasileiras	Identificar os fatores que influenciam na determinação dos honorários de auditoria independente no ano de 2015 por parte das empresas brasileiras.
Jessika Cunha Suzuki;	2018	Remuneração de Auditoria	Verificar a relação da

Julio Orestes da Silva; Thaís Renata dos Santos.		Independente em Empresas Familiares e Não Familiares	remuneração de auditoria independente e o controle familiar e não familiar nas empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA.
Roberto Miranda Pimentel Fully; Aucione Aparecida Barros Guimarães; Luana Almeida Fialho Dias; Lucas Fernando Veloso Lima.	2018	A qualidade da informação contábil para o mercado de ações: evidência nas companhias de edificações que atuam no novo mercado da BOVESPA.	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.
Jhennifer Poliana Bianchessi Boufleuer; Ricardo Lettnin; Anderson Giovane Sontag; Luciano Lizzoni.	2018	Análise Tributária no Regime Simples Nacional com as Alterações Propostas pela Lei Complementar 155/2016	DESCARTADO: o estudo não aborda o tema auditoria.

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

Já o Quadro 04 apresentou os conceitos de auditoria de acordo com os estudos analisados após eliminação dos trabalhos que não abordavam o tema propostos. Restaram assim 11 trabalhos.

Quadro 04: Conceitos de Auditoria.

ESTUDO	CONCEITO DE AUDITORIA
VELOSO <i>et al.</i> , 2015	Verificação da confiabilidade dos sistemas implantados na organização a partir da utilização de procedimentos técnicos que visam à emissão de relatório sobre a adequação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente à legislação específica, comprovado por meio de emissão de opinião técnica do auditor.
GARCIA JÚNIOR <i>et al.</i> , 2016.	Sinalizar que a auditoria não deve limitar-se somente as atividades de monitoramento, mas também, por meio de seus relatórios, contribuir para a geração de valor e gestão da entidade.
BARBOSA <i>et al.</i> , 2016.	Analisar como uma auditoria de qualidade deve ter como uma das suas características a redução dos custos do comportamento oportunista à medida que as informações das rupturas contratuais são identificadas, caracterizando assim a independência profissional.
MAFRA; MARQUES; PENHA, 2017.	A auditoria externa é uma das funções contábeis fundamentais para certificar a confiabilidade das informações financeiras e contábeis das empresas. Mediante uma opinião técnica sobre as demonstrações contábeis, o auditor independente proporciona uma maior confiança e credibilidade ao funcionamento do mercado de capitais.
ALEXANDRE; MELLO; ARAÚJO, 2017.	Compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis.
DINIZ; SALES, 2018.	Explicar sobre como a Auditoria Interna – AI é a área composta por profissionais capacitados que devem possuir coletivamente os conhecimentos, as habilidades e outras competências, e tem como propósito fornecer serviços independentes e com objetivos de asseguarção para adicionar valor para as organizações.
SANTOS, 2018.	Definir o termo como a comparação imparcial entre o fato concreto e o desejado, com o intuito de expressar uma opinião ou de emitir comentários,

	materializados em relatórios de auditoria.
MELLO; ARAÚJO; CUNHA, 2018.	Assegurar que as informações contábeis disponibilizadas ao público estão corretas e limitar a possibilidade de o controlador manipular resultados e expropriar os pequenos acionistas, ajudando a alinhar os interesses dos diversos envolvidos na sociedade empresária, revestindo os relatórios contábeis de maior confiabilidade.
MOTA; MARTINS, 2018.	A auditoria é uma ferramenta da contabilidade que tem por objetivo a verificação de controles internos, revisão e fiscalização das demonstrações financeiras, bem como das transações e operações de uma empresa, que permite julgar a confiabilidade dessas informações para as organizações empresariais e para aqueles que estabelecem relações comerciais com as companhias.
MELLO; SANGIORGI; GARCIA, 2018.	Exame de documentos, livros e registros, obtenção de informações e confirmações internas ou externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando confirmar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.
SUZUKI; SILVA; SANTOS, 2018.	Monitorar os contratos, reduzindo os custos de comportamentos oportunistas à medida que identificam possíveis rupturas e, como parte deste processo de monitoramento, destacam-se as competências e independência das auditorias na identificação dessas rupturas.

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

Para alcance do objeto proposto, os artigos que atenderam a temática foram analisados individualmente. O Quadro 05 apresentou os principais resultados abordados por cada um deles em relação à temática “Auditoria” no contexto da busca científica.

Quadro 05: Principais resultados das pesquisas analisadas.

ESTUDO	RELEVÂNCIA EM RELAÇÃO À TEMÁTICA
VELOSO <i>et al.</i> , 2015	Audidores têm a premissa de expressar seus achados por meio de pareceres com opiniões. Se alegarem informações incorretas podem ser penalizados pelos equívocos cometidos. Os principais motivos para a abertura de processos contra auditores foi o descumprimento de regras de auditoria na execução dos trabalhos, bem como o não cumprimento do programa de educação continuada obrigatória. As maiores empresas de auditoria apresentaram uma tendência de extinguir os processos por meio de acordos, o que é coerente com a cultura jurídica (<i>Common Law</i>) dos países de origem dessas empresas. Quanto às penalidades aplicadas, a multa pecuniária foi observada com maior frequência dentre os processos finalizados.
GARCIA JÚNIOR <i>et al.</i> , 2016.	Auditar contratos e documentos contábeis e financeiros faz parte do cotidiano dos auditores. Por meio da atuação de auditoria interna foi realizada a avaliação da aquisição de bens e serviços junto aos fornecedores, principalmente em construções ou reformas. Por conseguinte, os recursos orçamentários relacionados a esses eventos apresentaram riscos de má utilização, quer seja por problemas de fraudes, conflitos de interesses, ausência de procedimentos de licitação e tomada de preços, ou ainda por erros materiais por conta do grande volume de transações. A análise dos gastos com pessoal mereceu atenção em função do contingente de servidores, bem como do volume de recursos reservados, em torno de 65% do orçamento, impactando na avaliação da remuneração básica (salários) e em outras rubricas relacionadas ao benefício de pessoal (adicionais de insalubridade, periculosidade e plantões médicos). Foi feita análise dos processos de aprovação, registro e pagamento de despesas correntes, buscando identificar se o processo desde a contratação e registro das despesas até o efetivo pagamento ocorreram de maneira satisfatória, visando dirimir gastos indevidos e danos ao erário. A auditoria tem grande importância para a economicidade de recursos e para a gestão de custos. Houve achados em processos licitatórios, contratos continuados, programas de assistência aos estudantes, ajuda de custo e nos programas do REUNI. Os achados da auditoria, seguido de adequada solução, são importantes para o bom uso do dinheiro público.
BARBOSA <i>et al.</i> , 2016.	Após o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, as empresas apresentaram aumento, em média, dos seus honorários no ano de 2014 em relação ao ano anterior. Contudo, no ano de 2015, os valores médios dos gastos com auditoria diminuiram.

	Além disso, com as análises das <i>Big Four</i> , foi possível constatar que a PWC é a empresa que mais presta serviços para as companhias listadas no Novo Mercado BM&FBovespa (grande porte, faturamento bruto anual médio de 7,5 bilhões de reais no ano de 2015). Já a Deloitte é a que mais fatura, com base nos três anos investigados. As <i>Big Four</i> se aproximaram na quantidade de serviços prestados no ano de 2015. Esse fato indica maior competitividade no mercado de auditoria, exigindo assim maior desempenho e modernização nos serviços prestados. A rotatividade das empresas que prestam os serviços de auditoria foi pequena, ao passo que a qualidade das informações contábeis medida pela opinião modificada nos relatórios mostrou-se alta, uma vez que as empresas apresentaram poucas opiniões modificadas em seus relatórios. Esse fato pode ser explicado pelo alto nível de governança, desempenho e transparência das empresas que estão listadas no Novo Mercado. Os resultados apontaram crescimento nos honorários de auditoria e a maior captação de recursos por parte das <i>Big Four</i> após o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, demonstrando que as IFRS impactaram nos honorários de auditoria e na melhora de qualidade das informações contábeis.
MAFRA; MARQUES; PENHA, 2017.	O trabalho dos auditores independentes se materializa com a emissão do seu relatório, que deve conter uma opinião sobre as demonstrações contábeis de uma entidade em um determinado período. Essa opinião consiste na conclusão apresentada no relatório de auditoria como opinião não modificada e opinião modificada. O estudo investigou as características das distorções apresentadas nos relatórios de auditoria que serviram de base para opinião modificada das empresas do setor de consumo cíclico e consumo não cíclico. Percebeu-se que as modificações apontadas pelas auditorias ocorrem pela não observância às normas, pronunciamentos e legislação, resultando, assim, em uma escrituração contábil falha. Observa-se que algumas modificações voltam a acontecer, em alguns casos sucessivamente, no período estudado, levando a uma interpretação de que nenhuma atitude foi tomada por parte das empresas com tais modificações.
ALEXANDRE; MELLO; ARAÚJO, 2017.	Constatou-se que entre os anos de 2008 a 2010, 17% das companhias dos setores não regulados analisadas, apresentaram relatórios de auditoria com modificação, contrapondo à média de 12% dos relatórios emitidos para os setores regulados. Este resultado valida a hipótese de que as companhias pertencentes aos setores não regulados tendem a ter mais inconformidades em seus relatórios de auditoria, quando comparados com os setores regulados, uma vez que as empresas de setores regulamentados, além de cumprirem as exigências impostas pela CVM, ainda cumprem exigências de prestação de contas aos seus órgãos reguladores. Sobre a relação tipo de relatório de auditoria e firmas de auditoria (<i>Big Four</i> e outras firmas de auditoria), constatou-se que a maioria das companhias abertas foi auditada pelas quatro grandes, enfatizando a maior procura das companhias pelas empresas líderes mundiais no setor de auditoria. Verificou-se maior frequência de emissão, pelas <i>Big Four</i> , de relatório sem modificação, enquanto se constatou uma maior representatividade de emissão de relatórios com opinião modificada (com ressalva, adverso e com abstenção de opinião) nas menores firmas de auditoria. Comparando os resultados dos setores regulados e não regulados com tipos de relatório de auditoria e firmas de auditoria, vê-se que os relatórios sem ressalvas são mais frequentemente emitidos, para os setores regulados e pelas <i>Big Four</i> . Os relatórios com opiniões modificadas (com ressalva, com abstenção de opinião e adverso) são mais representativos nos setores não regulados, com emissão pelas menores firmas de auditoria durante os três exercícios analisados. Constatou-se que os motivos mais comuns para emissão de relatório de auditoria com inconformidade no período analisado são a ausência de exame de auditoria nas demonstrações contábeis do exercício anterior das coligadas e controladas; continuidade; ausência de conciliações contábeis, controle de bens patrimoniais e sistema de controle interno desestruturado; e por último, ausência de contabilização de saldos e contabilização de contas realizadas incorretamente. Ressalta-se que todos os motivos de ressalvas identificados tiveram maior percentual de incidência nos setores não regulados, com exceção da ressalva “Não constituição de perdas estimadas na recuperabilidade de ativos – <i>Impairment</i> ”, que no ano de 2009 foi mais comumente identificada para o setor regulado.
DINIZ; SALES, 2018.	A pesquisa revelou que a interação entre auditores e auditados carece de aprimoramento para ampliar a parceria em busca de objetivos comuns para auxílio ao alcance dos mesmos, pois não há um grau razoável de evidenciação e de reconhecimento natural sobre as contribuições de melhorias para a área e para a empresa. Os auditores são percebidos como opositores e

	fiscalizadores, mesmo que haja sinais de reconhecimento da sua capacitação e da importância da auditoria para a empresa e para as áreas. Não houve avanço considerável com relação à postura dos auditores, pois os auditados sinalizaram insatisfação quanto à parceria, questão principal da pesquisa, respeito às ideias e objetividade na realização dos trabalhos. A percepção dos auditores mostrou maior concordância acerca da qualidade, capacitação, postura e relacionamento com os auditados, porém, esta visão não encontra guarida na percepção dos auditados. Os planos de ação, seu acompanhamento e os resultados da auditoria parecem ser objetos diferentes para os dois grupos, mas é presente a visão de que os resultados devem ser apresentados no máximo em duas semanas, fato que não ocorre na maioria das vezes, inclusive alguns auditados afirmaram que às vezes não recebem nenhum <i>feedback</i> . Constatou-se desmotivação em relação à profissão de auditor. Ressalta-se que isso pode ensejar outros resultados negativos abordados na pesquisa desde que relacionados à postura dos auditores. Fatores positivos foram revelados como a independência e o acesso às áreas, confirmando a existência das melhores práticas sobre a atividade, divulgadas pelo IIA e pelo IBGC.
SANTOS, 2018.	A auditoria de gestão de riscos representa o novo paradigma na atuação dos órgãos de controle, em que o foco passa a ser o risco do não cumprimento da missão organizacional, fato que compromete a finalidade social para qual a entidade pública foi criada e o atendimento das obrigações de <i>accountability</i> . O objetivo do estudo foi apresentar o processo adotado pelo TCU para conduzir as auditorias de gestão de riscos no âmbito da Administração Pública brasileira. A revisão de literatura acerca da gestão de riscos revelou que o tema está associado aos conceitos de governança, de controles internos e de <i>accountability</i> (prestação de contas), tópicos relevantes na condução das atividades dos órgãos de controle. Pelos resultados, verificou-se que o TCU concebeu um modelo próprio de avaliação da maturidade organizacional em gestão de riscos composto por quatro dimensões: Ambiente; Processos; Parcerias; e Resultados. Percebeu-se que o processo de auditoria proposto pelo TCU foi elaborado a partir do modelo COSO GRC 2004 e da norma ISO 31000. Observou-se que as fases previstas do processo de auditoria são executadas pelos agentes do TCU, sendo complementadas por duas etapas: entendimento da organização (antes do planejamento) e monitoramento (após a elaboração do relatório).
MELLO; ARAÚJO; CUNHA, 2018.	Os resultados da pesquisa demonstram que a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, o Tamanho da empresa, o Rodízio de auditoria, Tipo de relatório de auditoria e Tipo de firma de auditoria influenciaram significativamente os honorários cobrados pelos auditores independentes. Já a existência de Comitê de auditoria não apresentou relação significativa. Constatou-se que a adoção das Normas internacionais de Contabilidade impactou em média os honorários dos auditores em cerca de 13%, no período de 2009 a 2016. Ressalta-se que o Tipo de relatório de auditoria e Rodízio de auditoria apresentou relação inversa com o valor de honorários, ou seja, tais variáveis geraram uma diminuição nos honorários de auditoria. Em relação aos setores econômicos, verificou-se que todos os setores apresentaram aumento nos honorários de auditoria após a adoção obrigatória das Normas Internacionais de Contabilidade, havendo apenas variações nos percentuais dos aumentos. Ressalta-se que o setor de Consumo não cíclico apresentou um aumento de 38%, na média, dos honorários pagos aos auditores após a adoção das IFRS. Por outro lado, o setor Consumo cíclico teve o menor aumento dos honorários de auditoria, na ordem de 1%, motivado pelo rodízio dos auditores durante o período.
MOTA; MARTINS, 2018.	As mudanças realizadas no relatório do auditor independente a partir de 31 de dezembro de 2016 tiveram o intuito de atender exigências internacionais ou dos usuários das informações contábeis, especialmente pelo fato das demonstrações contábeis terem se tornado mais complexas e com maior dificuldade de entendimento. No caso de reconhecimento de receita, as empresas estudadas apontaram a dependência do funcionamento de sistemas de informação e a complexidade nos processos de registro de bilhetes vendidos e não voados, como principais fatores a serem considerados como assuntos de auditoria. Em relação à renovação de frota foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e da complexidade das análises efetuadas para determinar a realização desse ativo. A análise de realização possui certo grau de subjetividade, assim como análises técnicas da engenharia aeronáutica, expectativa de utilização de aeronaves e motores alinhados com o plano de negócios da companhia para os próximos anos. No caso da Azul, a empresa está contratualmente comprometida em efetuar manutenção ou a reembolsar o arrendador com base na condição efetiva da fuselagem, motores e peças com vida útil limitada. A recuperabilidade destes depósitos é avaliada pela administração a partir da

	comparação dos valores que se espera que sejam reembolsados quando ocorrer a próxima manutenção. Esse ponto é percebido como principal assunto de auditoria devido à magnitude dos montantes envolvidos, além do grau de julgamento aplicado na determinação das estimativas de custos a incorrer e da necessidade de acompanhamento por parte da administração da recuperabilidade destes depósitos. Concluiu-se que os principais assuntos de auditoria percebidos nas duas empresas estudadas foram convergentes em dois pontos, sendo eles: reconhecimento de receita e renovação de frota, segunda as publicações de 2017 com data base 2016.
MELLO; SANGIORGI; GARCIA, 2018.	Os resultados da pesquisa demonstram que Tamanho da Empresa e Tipo de Firma de auditoria influenciaram significativamente os honorários cobrados pelos auditores independentes. Já Lucratividade, Rodízio de Auditoria, Tipo de Relatório de Auditoria, Nível de Governança Corporativa e Comitê de Auditoria não apresentaram relação significativa em relação à formulação de valores. Tal resultado demonstra que no âmbito brasileiro as firmas de auditoria tendem a cobrar honorários maiores de empresas de grande porte em virtude de o serviço ser mais complexo e exigir mais horas em sua execução, quando comparado com empresas de pequeno porte. Em relação à lucratividade, as empresas analisadas apresentaram um índice médio de lucratividade favorável, porém foram constatadas empresas que encerraram o exercício com prejuízo, indicando que a crise econômica durante o ano de 2015 influenciou nos resultados. Em relação ao rodízio de auditoria conclui-se que a realização da troca do auditor não influenciou os honorários de auditoria. Considerando que, de acordo com o prazo estabelecido pela CVM 308/99, os rodízios de auditoria deverão acontecer com frequência somente em 2017. Verificou-se que 94% das empresas apresentaram relatórios de auditoria sem modificações. Esses resultados condizem com o tamanho das empresas analisadas, visto que são empresas de grande porte, com estrutura interna diversificada, atividades empresariais complexas e apresentaram alto nível de organização. O Tipo de Firma de Auditoria, se <i>Big Four</i> ou não, demonstrou ser significativo no processo de precificação dos honorários de auditoria. Os honorários de auditoria tendem a ser maiores quando a empresa é auditada por um <i>Big Four</i> , justificado pelo conjunto de recursos que tais empresas reúnem para possibilitar a realização do trabalho, e considerando também o risco de perder a reputação quando incorrem em algum erro e, por isso, têm um incentivo a mais para fazer um trabalho de qualidade. Reforçando essa ideia, constatou-se que 91% das empresas do estudo são auditadas pelas <i>Big Four</i> , o que demonstra que as maiores empresas tendem a procurar as firmas líderes mundiais de auditoria, pela necessidade de uma chancela internacional nas suas demonstrações contábeis. A presença das empresas em alguns dos níveis de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 ou Novo Mercado), não apresentou resultado significativo que comprove sua influência nos honorários de auditoria. Destaca-se ainda que 80% das empresas da amostra estão listadas nos Níveis de Governança da BM&FBOVESPA, demonstrando que as mesmas estão alinhadas com as práticas mais modernas e transparentes de respeito aos acionistas minoritários. Por último ressalta-se que apenas 58% das empresas possuem Comitê de Auditoria em sua estrutura administrativa. Porém, os resultados não contataram que isso influencia os honorários de auditoria. Conclui-se ainda que os resultados encontrados como influentes para os honorários de auditoria no estudo são semelhantes aos descritos em pesquisas realizadas na Itália, na Jordânia, na França e no México.
SUZUKI; SILVA; SANTOS, 2018.	São diversos os fatores que influenciam na remuneração dos auditores independentes. Os resultados do estudo indicam que o fato de a empresa ser ou não familiar influencia a remuneração dos auditores independentes. Com base nas evidências, constatou-se que as empresas familiares remuneraram em menor nível os auditores quando comparadas com empresas não familiares. A proposição do estudo, assim como a primeira hipótese, alinha-se à proposição suportada pela Teoria da Agência, que sugere, devido à maior proximidade entre controle e gestão nas empresas familiares, os custos de agência seriam menores e, assim, a remuneração de auditoria independente tende a ser menor quando comparada a empresas não familiares. Verificou-se que os honorários cobrados por empresas de auditorias <i>Big Four</i> são superiores aos honorários cobrados pelas demais empresas de auditoria. Este achado pode ser relativo à tendência de serviços de maior qualidade e à preocupação com que a avaliação da empresa auditada reflita a realidade, pois caso contrário a imagem da <i>Big Four</i> pode ser afetada. Quanto maior o tamanho da empresa auditada maior tende a ser a remuneração paga pelos serviços de auditoria. Destaca-se que o tamanho da empresa cliente tende a gerar maior

	complexidade nos serviços de auditoria, o que refletiria em mais horas de trabalho e honorários maiores.
--	--

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2021.

Para Alexandre, Mello e Araújo (2017) investigar se a regulação exercida pelo Estado nas companhias abertas de alguns setores específicos impacta na existência de maiores ou menores inconformidades nos relatórios dos auditores independentes quando comparados com as companhias pertencentes aos setores não regulados. As companhias que não sofrem regulação tendem a ter mais inconformidades nos relatórios de auditoria, quando comparados com setores regulamentados, uma vez que essas empresas além de cumprirem as exigências impostas pela Comissão de Valores Mobiliários, CVM, ainda cumprem exigências de prestação de contas aos órgãos reguladores.

Santos (2018) analisou a Auditoria de gestão de riscos do Tribunal de Contas da União e citou que esta pode ser interpretada como o conjunto de atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere ao risco. O processo de auditoria proposto pelo TCU foi elaborado a partir do modelo COSO e observou-se que as fases previstas do processo de auditoria são executadas pelos próprios agentes do TCU, sendo complementadas por duas etapas: entendimento da organização e monitoramento.

Os trabalhos que atenderam ao objetivo apresentaram informações relevantes em relação às mudanças sofridas pela profissão a partir da convergência às normas internacionais (BARBOSA *et al.*, 2016), (MELLO; ARAÚJO; CUNHA, 2018). *Outro aspecto recorrente foi em relação à fixação de valores de honorários e os fatores que interferem na formação* (BARBOSA *et al.*, 2016), (MELLO; ARAÚJO; CUNHA, 2018), (MELLO; SANGIORGI; GARCIA, 2018), (SUZUKI; SILVA; SANTOS, 2018).

O grupo de quatro empresas de auditoria de renome mundial, conhecidas como Big Four, foram amplamente mencionadas nos trabalhos tanto para delimitar o segmento em que atuam, quanto para comparar os valores de honorários praticados por elas em relação as demais organizações que atuam no mercado de auditoria (BARBOSA *et al.*, 2016), (ALEXANDRE; MELLO; ARAÚJO, 2017), (MELLO; SANGIORGI; GARCIA, 2018), (SUZUKI; SILVA; SANTOS, 2018).

Outro achado interessante é a relação entre auditores e auditados descrita por Diniz e Sales (2018), em que as empresas que os contratam os veem como opositores ou fiscalizadores, não reconhecendo que a auditoria é uma ação que visa melhorar as informações contábeis e financeiras.

Em relação à identificação das características da produção científica em auditoria na RAGC, constatou-se que embora tenha o intuito de promover a produção do conhecimento relacionado às Ciências Contábeis, mais especificamente de Auditoria Contábil Interna e Externa, Governança de organizações públicas, privadas e terceiro setor (RAGC, 2021), em relação à auditoria a ocorrência pode ser classificada como baixa. Isso se comprova ao realizar a busca no repositório e obter o retorno de apenas 22 trabalhos, dos quais apenas 11 atenderam à premissa estabelecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria surgiu como uma ferramenta que permitiu a verificação, confiabilidade e veracidade das demonstrações contábeis e financeiras. A auditoria interna verifica a correta aplicação das normas e procedimentos, operacionais e contábeis da empresa. A auditoria externa é realizada por profissional independente, não vinculado à empresa, que emite uma

opinião sobre a adequação e confiabilidade destas demonstrações, proporcionando maior grau de confiança aos usuários.

O estudo teve a intenção de mostrar artigos publicados em uma das únicas revistas de auditoria do país, Revista de auditoria Governança e Contabilidade, RAGC. Essa revista é de suma importância para a área contábil, apesar de não ser muito conhecida até mesmo pelos alunos do curso de ciências contábeis da instituição que a edita. Seu acervo conta com vários artigos voltados para diferentes assuntos, com resumos e textos completos e a ferramenta de busca possibilita pesquisas por ano, assunto e autor.

Nesse trabalho foram analisados 11 artigos que abordaram a temática auditoria, porém, pois se tratar de um periódico com o escopo, esse quantitativo pode ser considerado baixo. Porém, ressalta-se que as pesquisas analisadas são relevantes e possibilitam estudantes da área contábil esclarecerem dúvidas. As principais discussões dos estudos foram alterações normativas e o impacto na profissão, os honorários e a relevância da opinião do auditor.

Existe uma grande procura na área de auditoria, pois os auditores são profissionais de suma importância dentro das organizações e que são muito valorizados pelas empresas. Logo, espera-se que esse estudo divulgue o periódico e contribua para que os pesquisadores da área de auditoria tenham a RAGC como uma opção para submissão de seus trabalhos.

Para pesquisas futuras sugere-se uma revisão dos trabalhos publicados na própria RAGC com a classificação temática para assim identificar quais são os temas mais publicados. Outra opção é realizar a revisão de literatura em outros periódicos acadêmicos para identificar se suas publicações condizem com o escopo proposto.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Nayana Oliveira; MELLO, Lorena Costa de Oliveira; ARAÚJO, Paolo Giuseppe Lima de. Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: estudo dos setores regulados e não regulados brasileiros. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, Monte Carmelo, v. 5, n. 20, p. 16-32, 2017.

ALMEIDA, Leonardo Soares Francisco de; VIEIRA NETO, Júlio; ABUNAHMAN, José Geraldo; NASCIMENTO, Francisco Marcelo Garritano Barone do. Um estudo documental sobre a lei *Dodd Frank*: fraudes e aspectos contábeis. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade- RAGC**, Monte Carmelo, v. 5, n. 19, p. 61-85, 2017.

ARAÚJO, P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. **Auditoria contábil**: enfoque teórico, normativo e prático. São Paulo: Saraiva, 2008.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBOSA, Uédeson Louza; REINA, Donizete; REINA, Diane Rossi Maximiano; ARRIGONI, Fernando José. Honorários de auditoria: estudo comparativo sobre seu impacto após adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 4, n. 17, p. 45-61, 2016.

BARRETO, Davi; GRAEFF, Fernando. **Auditoria**: teoria e exercícios comentados. 3 ed. São Paulo: Método, 2014.

BOUFLEUER, Jhennifer Poliana Bianchessi; LETTNIN, Ricardo; SONTAG, Anderson Giovane; LIZZONI, Luciano. Análise Tributária no Regime Simples Nacional com as Alterações Propostas pela Lei Complementar 155/2016. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade– RAGC**, v. 6, n. 22, p. 165-179, 2018.

CAETANO, Isabela Sgobbi; SVERSUT, Camila Ruccini; PORTEIRA, Mário Henrique Sellis. O relatório do auditor independente e seu papel na auditoria externa. **Revista Empreenda UNITOLEDO**, Araçatuba, v. 2, n. 1, p. 150-173, fev./jun. 2018.

CAMARGO, R. V. W.; PEPINELLI, R. C. C.; DUTRA, M. H.; ALBERTON, L. Produção Científica em Auditoria: Uma Análise dos Estudos Acadêmicos Desenvolvidos no Brasil. In: Encontro da ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

CARMO, Carlos Roberto Souza; CUNHA, Patrícia do Prado; ALMEIDA, Sirlene de Aguiar Fernandes; SOUZA, Isabella Vilela de. Cursos superiores em ciências contábeis do Brasil: aproveitamento acadêmico e inclusão social analisados a partir de métodos quantitativos aplicados. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 3, n. 5, 2015.

CARMO, Carlos Roberto Souza; ALMEIDA, Sirlene de Aguiar Fernandes. Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE): a influência de variáveis qualitativas no desempenho dos alunos dos cursos de ciências contábeis do Brasil. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 3, n. 7, p. 71-87, 2015.

CASANOVA, Dilvani Sergio; ARAÚJO, Tércio Vieira de; ANDRADE, Marcos; BESEN, Fabíola Graciele; FERREIRA, Welinton Camargo. Impactos observados no imobilizado após a adoção das IFRS pela contabilidade brasileira. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC**, Monte Carmelo, v. 4, n. 9, p. 124-141, 2016.

CELLA, Ricardo Sartori. *Accountability*: proposições teóricas sobre a tomada de contas especial no Brasil. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 4, n. 17, p. 31-44, 2016.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DINIZ, Francisco Ferreira; SALES, Emerson Nogueira. A Percepção dos Auditores e dos Auditados sobre o Trabalho da Auditoria Interna em uma Empresa Estatal Federal. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade–RAGC**, v. 6, n. 25, p. 116-131, 2018.

FULLY, Roberto Miranda Pimentel; GUIMARÃES, Aucione Aparecida Barros; DIAS, Luana Almeida Fialho; LIMA, Lucas Fernando Veloso. A qualidade da informação contábil para o mercado de ações: evidência nas companhias de edificações que atuam no novo mercado da BOVESPA. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 6, n. 23, p. 34-45, 2018.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Dorival; SANTOS, Edicreia Andrade dos; JENKINS, Luiz Eduardo Croesy; ZANIN, Diones Fernandes. O papel da auditoria interna na melhoria da qualidade dos

gastos públicos: um estudo exploratório nas IFES do estado do Paraná. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 4, n. 17, p. 17-30, 2016.

HOOG, W. A. Z. CARLIN, E. L. B. **Manuel de Auditoria Contábil das Sociedades Empresariais**: de acordo com o Novo Código Civil – Lei 10.406/2002. 2. Ed., São Paulo: Juruá, 2008.

LOPES, Marilene Moura; SOARES, Elizangela Pereira; SOUZA, Desiane Rodrigues de; NEVES, Fabrício Ramos; AMARAL, Rosimira dos Santos. Custos de produção da pecuária leiteira: estudo em uma instituição federal. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade– RAGC**, v. 5, n. 19, p. 33-44, 2017.

MAFRA, Adriê Silva; MARQUES, Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti; PENHA, Roberto Silva da. Fatores Condicionantes da Opinião Modificada nos Relatórios de Auditoria de Empresas Listadas na BM&F Bovespa. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade– RAGC**, v. 5, n. 20, p. 65-79, 2017.

MELLO, Lorena Costa Oliveira; SANGIORGI, Cristal Tavares; GARCIA, Editinete André da Rocha. Fatores que influenciam os honorários de auditoria nas empresas brasileiras. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade– RAGC**, v. 6, n. 23, p. 16-33, 2018.

MELLO, Lorena Costa Oliveira; ARAÚJO, *Paolo Giuseppe Lima Araújo*; CUNHA, *Marcia Gabriele Fontinele*. O Impacto das Normas Internacionais de Contabilidade nos Honorários dos Auditores Independentes das Companhias Brasileiras. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade–RAGC**, v. 6, n. 22, p. 64-80, 2018.

MOTA, Paula Resende; MARTINS, Vidigal Fernandes. Novo relatório do auditor independente: uma análise dos principais assuntos de auditoria evidenciados nas empresas do setor aéreo brasileiro. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade– RAGC**, v. 6, n. 25, p. 65-84, 2018.

MOURÃO, Luiz Antônio de Freitas. **A terceirização da função de auditoria interna**. 2002. 96 f. Dissertação (Mestrado Executivo) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

NEVES, Fabrício Ramos; NEVES, Denise Costa Nascimento. Ensino da perícia contábil: perspectivas dos estudantes de ciências contábeis de uma IES do Sudoeste Baiano. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 4, n. 10, p. 150-165, 2016.

RAGC, Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade. **Foco e escopo**. 2021. Disponível em:
<https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 02 nov. 2021.

RAMOS, Juliane; ARAÚJO, Tércio Vieira de; BENSEN, Fabíola Graciele; FERREIRA, Welinton Camargo; SERAFIM JÚNIOR; Valdir. Críticas à tendência de informação dos indicadores no balanço social de uma empresa de economia mista. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade– RAGC**, v. 4, n. 11, p. 124-139, 2016.

SILVA, R. D. R.; AMORIM, D. A.

SANTOS, Marcos José Araújo dos. Auditoria de Gestão de Riscos: o novo olhar do Tribunal de Contas da União. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 6, n. 22, p. 99-113, 2018.

SILVA, Alexandre Araújo da; COSTA; Fábio Moraes da. Nível de *disclosure* x características das pequenas e médias empresas no processo de convergência. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 4, n. 16, p. 1-16, 2016.

SUZUKI, Jessika Cunha, SILVA, Júlio Orestes da; SANTOS; Thaisa Renata dos. Remuneração de Auditoria Independente em Empresas Familiares e Não Familiares. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 6, n. 22, p. [s.n.], 2018.

VELOSO, Ana Cláudia Cunha; FERREIRA, Cássia Oliveira; MARQUES, Vagner Antônio; AMARAL, Hudson Fernandes; SOUZA, Antônio Artur de. Auditando os Auditores: Motivações dos Processos Contra Auditores junto à Comissão de Valores Mobiliários no período de 2007-2013. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, v. 3, n. 6, p. 46-60, 2015.

WANDERLEY, C.; CULLEN, J. Mudanças na Contabilidade gerencial: uma revisão. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 4, 2011.